

Com os bancos europeus, tudo igual.

Os 90 dias da moratória brasileira em nada modificam as difíceis relações atuais entre o governo do Brasil e seus credores europeus, praticamente inalteradas desde a saída do ministro Dílson Funaro da Fazenda. Aqui, ao contrário dos Estados Unidos, a legislação não obriga os bancos a declarar como perdas os juros não pagos pelo devedor após esse prazo. Além do mais, a maior parte dos bancos europeus envolvidos com a dívida brasileira já havia, há muito tempo, adotado certas precauções quanto a créditos a risco, cujos juros foram suspensos pela moratória. Isso não impede que se constate, no momento, uma crescente irritação dos meios financeiros europeus com a indefinição do quadro econômico brasileiro, principalmente de banqueiros alemães.

Após o acerto do México e da Argentina com o FMI e a queda de Dílson Funaro, os banqueiros internacionais se consideram em posição de força para impor suas condições para uma negociação da dívida. Também os governos consideram que o pior da crise já foi superado, a tal ponto que o problema da dívida do Terceiro Mundo não deverá ser o tema central da reunião dos países industrializados em Veneza, com início previsto para o dia 7 de junho próximo.

Ontem uma importante fonte bancária ligada à dívida brasileira revelou ao **Jornal da Tarde** que nunca constatou uma situação tão crítica em termos de tensão dos banqueiros europeus contra o Brasil. Essa mesma fonte, que voltava a Paris após uma viagem para contatos com banqueiros da Alemanha, Holanda, Bélgica e Suíça. Com os quais tratou da evolução da crise financeira no Brasil, lembrava que a demissão de Funaro não bastou para tranquilizar os espíritos. A seu ver, no momento, não há muita simpatia no que se refere ao Brasil, principalmente na Alemanha Ocidental onde constatou uma maior irritação dos banqueiros porque, entre outros motivos, o Brasil bloqueou o pagamento dos juros das linhas de curto prazo. Isso apesar de se saber que esse bloqueio foi decidido pelo Banco Central a conselho dos grandes bancos norte-americanos que temiam que os pequenos bancos dos EUA abandonassem rapidamente o esquema.

Como se sabe, o Brasil deverá bater novamente às portas do Clube de Paris, no mês de junho, para renegociar os vencimentos do segundo semestre. O País pode até congelar o pagamento dos juros da dívida junto aos países que participam do Clube de Paris, pois não vai receber dinheiro novo dessa área. Até agora, o acordo do início do ano também não facilitou, ao contrário do que se esperava, a obtenção de créditos de exportação de que o Brasil precisa. Apesar de esse acordo ter sido saudado como um passo importante na negociação da dívida, nada aconteceu. Pelo contrário, a situação só se agravou. Agora o governo brasileiro começa a assimilar a negociação ortodoxa, mas precisa antes enquadrar sua economia com rigidez. E ainda falta conhecer as reais opções do novo ministro da Fazenda.

Reali Júnior, de Paris.